DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL 24 DE OUTUBRO

Vastí Vieira de Siqueira

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi realizar um estudo de caso na Escola 24 de Outubro, investigando as metodologias adotadas no sentido de superar dificuldades, quanto à EJA. Os procedimentos para este trabalho foram a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. A investigação foi realizada através de uma abordagem qualitativa, por meio da qual levantamos os principais desafios enfrentados pela escola em questão bem como os mecanismos empregados para evitar a evasão. Para tal, utilizamos questionários e entrevistas direcionadas a: diretor, coordenadoras, professora e alunos, a fim de inquirir as práticas metodológicas desempenhadas diante das necessidades e carências do seu público alvo. Foi possível constatar que a escola em questão consegue promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando nos educandos interesse e entusiasmo, abrindo-lhes um maior campo para a construção de conhecimentos.

Palavras-chave: Desafios. Educação de Jovens e Adultos. Escola Estadual.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) requer um cuidado especial, pois se trata de uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, destinando-se a jovens e adultos que não deram continuidade a seus estudos no período regular e àqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental ou Médio na idade apropriada.

Ao longo da história, o Brasil tem enfrentado o problema da exclusão social, que gerou grande impacto nos sistemas educacionais. Embora os investimentos em educação aumentem constantemente, ainda há muito que fazer em termos de educação de jovens e adultos em nosso país. Em uma realidade repleta de injustiças e desníveis sociais, as possibilidades de crianças e jovens estarem

inseridos na escola na idade adequada muitas vezes são reduzidas. Enquanto as classes mais favorecidas enviam seus filhos para boas escolas, proporcionando-lhes uma educação de qualidade, muitos indivíduos pertencentes a grupos sociais desprivilegiados acabam abandonando a sala de aula precocemente.

Educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos e dever do estado. Contudo, muitas vezes esse direito é um desafio que impõe decisões inovadoras, no sentido de criar bases necessárias para formular e avaliar as políticas públicas voltadas para os grupos sociais.

Efetivar o direito a educação de jovens e adultos ultrapassa a ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos de ensino. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam para ela fora do tempo regular, valorizando os conhecimentos dos alunos e respeitando suas experiências.

Os professores que são imbuídos dessa tarefa precisam estar profissionalmente preparados, pois para eles também é um desafio propor conteúdos e estratégias adequadas para que a turma se torne mais participativa e para que não ocorra a evasão.

Tais questionamentos nos impulsionaram a optar pelo trabalho com jovens e adultos, que possuem vivências particulares impressionantes; mostram-se dispostos a superar todos os obstáculos para adquirir novos conhecimentos e determinados a mudar as suas realidades de vida. Através dessa trajetória outras portas são abertas a seu favor, além disto, esses alunos funcionam como verdadeiros mestres para aqueles que se propõem a ouvi-los, respeitá-los e absorver a lição de vida que eles podem dar. Aliás, a depender da idade, voltar a uma sala de aula depois de tantos anos já é um grande exemplo.

A determinação é um grande fator para que isso ocorra; pois através da mesma, essas pessoas são instigadas a ultrapassar as barreiras que surgem ou que já existem, como por exemplo, questões de relacionamento familiar que é tão fundamental na vida de qualquer pessoa, mas em prol do novo conhecimento às vezes até os filhos precisam ser deixados sob os cuidados de terceiros ou de ninguém, e essa não é uma tarefa fácil de ser realizada.

A conciliação do tempo para os estudos com a jornada de trabalho, o cansaço, são outras barreiras que necessitam ser vencidas. Depois de um dia inteiro

de trabalho enfrentar duas ou três horas de aula, às vezes ministradas por professores despreparados, que se utilizam de materiais infantilizados, subestimando a capacidade desses alunos, torna a situação mais séria e desestimulante. Outra barreira refere-se à idade. Muitos chegam à escola com vergonha por causa da idade elevada e pelas limitações que a mesma traz.

Segundo PEREIRA (1997, p. 2), o adulto analfabeto sempre foi visto como incapaz e marginal, assemelhando-se com a criança tanto no aspecto social quanto em relação à aprendizagem.

Apesar destas dificuldades e de muitas outras enfrentadas neste processo, aqueles que desejam aprender, ampliando seus conhecimentos, passam por modificações de toda ordem: intelectuais, profissionais, e emocionais. A sua auto-estima é melhorada, porque agora já sabem ler e escrever seu nome, o que para muitos é a realização de um sonho: poder ler as placas de ônibus, e outras sinalizações escritas tão importantes no dia a dia. Enfim, esse aluno deixa de ser cidadão inativo e torna-se cidadão ativo, participante de uma sociedade da qual antes se sentia excluído.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O campo empírico desta investigação foi a Escola Estadual 24 de Outubro, situada na Avenida Visconde de Maracaju, n°338, no Bairro 18 do Forte, na cidade de Aracaju. O prédio apresenta estrutura antiga, de alvenaria, possuindo um total de 15 salas, com espaço adequado para atender a demanda de alunos, sendo estes distribuídos em três turnos que são: matutino com 240 alunos, vespertino com 403 crianças e adolescentes e o noturno com 611 jovens e adultos, perfazendo um total de 1.394 alunos. No que se refere às condições de lazer, só existe a quadra de esportes que não possui cobertura, nem está em bom estado de conservação. A iluminação e a ventilação são precárias, logo nota-se a urgente necessidade de uma profunda reforma que estava prevista para o ano de 2008, porém ainda não ocorreu.

Possui um total de três salas administrativas: a sala da coordenação, a secretaria e a sala dos professores todas juntas. Não há sala para o atendimento pedagógico. Quando surge essa necessidade, o atendimento é feito na sala dos professores, sem nenhuma privacidade para o aluno ou para o profissional em ação.

Nesta escola não existe laboratório e a biblioteca é uma sala improvisada, que dispõe de uma televisão sem aparelho de DVD. A cozinha é organizada e limpa, o refeitório é amplo, mas não é ventilado. Os banheiros são devidamente separados e mantidos sempre limpos, mas não apresentam bom estado de conservação.

O objetivo desse trabalho foi realizar um estudo de caso na Escola 24 de Outubro, investigando as metodologias adotadas no sentido de superar dificuldades, quanto a EJA. Para tanto, levantamos os principais desafios enfrentados pela escola em questão bem como os mecanismos empregados a fim de evitar a evasão.

Os procedimentos para este trabalho foram a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. Os dados colhidos no campo de estudo foram confrontados com as informações teóricas, levantadas por meio de pesquisa bibliográfica, que consiste no estudo das teorias de autores renomados na área, possibilitando assim um alicerce para a fundamentação de conceitos que envolvem o tema em questão. Sendo assim, estes referenciais serviram para embasar teoricamente toda a pesquisa.

A investigação foi realizada através de uma abordagem qualitativa, por meio da qual analisamos a realidade da escola pesquisada. Para tal, utilizamos questionários e entrevistas direcionadas a: diretor, coordenadoras, professora e alunos, para que pudéssemos inquirir as práticas metodológicas desempenhadas diante das necessidades e carências do seu público alvo, composto por jovens e adultos que, trabalhadores ou não, inspiram cuidados. Foi realizada uma pré-sondagem, na qual encontramos duas coordenadoras, trabalhando quase totalmente na EJA; ambas compromissadas para que tudo ocorra de forma satisfatória a todos. São quatorze professores e um diretor, que atua nesta instituição há apenas três meses.

A amostra foi composta por 17 alunos que freqüentam a 3° série, níveis um e dois, do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Através da pesquisa, detectamos que 80% destes estão na faixa etária de 15 a 25 anos, 60% são trabalhadores, e 50% ganham menos que um salário. No caso da renda familiar 100% ganham até um salário mínimo. Essa realidade nos leva à compreensão do sacrifício realizado por esses alunos trabalhadores.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Segundo MOURA (2003), na história recente do país, a educação de adultos define sua identidade a partir de 1947, constituindo como uma nova campanha nacional, para as massas, ou seja, camadas populares. Foi então lançada a Campanha que possibilitou a criação de várias escolas supletivas, que pretendia alfabetizar no período de três meses, sendo o curso primário organizado em dois períodos de sete meses.

> A campanha possibilitou a criação de várias escolas supletivas, aglutinando esforços tanto de profissionais quanto de voluntários. Embora influenciada por novas administrações, pela euforia nacionalista e pela intensa industrialização vivida no país, a campanha não obteve sucesso, inclusive em zonas rurais, sendo extinta antes do final da década de 50. O ensino supletivo sobreviveu apenas quando foi assumido pelos estados e municípios (PEREIRA, 2004, p. 2).

Na análise de PEREIRA (2004), partindo de uma nova compreensão da relação entre a problemática educacional e social, começa a ganhar força uma concepção pedagógica segundo a qual o analfabetismo passa a ser entendido como efeito de pobreza, ocasionado por uma estrutura social desigual e não mais como causa. Assim, o processo educativo deveria sempre partir da realidade dos educandos, identificando sua origem; seus problemas e possibilidades de superá-los, repercutindo desse modo na estrutura social que produzia o analfabetismo.

> [...] ao longo da história, percebemos a grande dificuldade dos programas destinados à educação de cumprirem seus objetivos. A educação de adultos recebe menos recursos e por falta de formação profissional, para os indivíduos que atuam no setor. Como conseqüência os serviços oferecidos são de baixa qualidade, não obtendo bons resultados como esperado.(PEREIRA, 2004, p. 13)

Conforme a autora, a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil se identifica fundamentalmente, com a história de alfabetização de jovens e adultos que foram excluídos da escola. Educar jovens e adultos tem um significado basicamente relacionado ao ato de alfabetizar. Essa alfabetização, entretanto, constitui-se a partir de uma infinidade de experiências que, na maioria das vezes, foram traduzidas em

campanhas e programas que se revelaram pouco adequados e com resultados extremamente limitados.

Os estudos em torno do aprendizado da língua e da escrita se processa a partir das relações que os sujeitos estabelecem com o código que é aprendido em situações reais, vivenciadas por cada um dos alunos. Na busca de uma alfabetização que os leve efetivamente ao domínio da linguagem escrita e não só das tecnologias. Buscando inserir de modo mais completo o jovem e o adulto no mundo da escrita, as experiências tomam consistências diferentes e vão construindo novos paradigmas. A forma crítica e problematizadora da realidade com a qual organizavam as propostas de alfabetização na década de 60 tem sido a referência que vem subsidiando muitas ações.

> No campo pedagógico a campanha da ação educativa fomentou a discussão teórica em torno da educação de adultos e do analfabetismo no Brasil. Até então esse fenômeno era entendido como causa e efeito da situação econômica, social e cultural do país. [...] O analfabetismo não é uma doença, nem sinal de pobreza e exclusão, é simplesmente reflexo da falta de oportunidades educacionais (PEREIRA, 2004, p. 3).

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização se multiplicaram no período entre 1961 e 1964 e foram vistos como uma grave ameaça à ordem estabelecida. O governo então passou a assumir o controle dessa atividade, em 1967, quando lançou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Um dos seus objetivos centrais era a preocupação de preparar mão-de-obra para as empresas, estabelecendo-se uma relação entre a alfabetização e as necessidades econômicas do país. Os projetos de alfabetização nessa concepção deveriam ter um caráter assistencialista e conservador. A responsabilidade do processo tendia a recair no processo individual, porque o sucesso do programa não decorria dos processos organizacionais e metodológicos, mas das características do próprio aluno e suas supostas deficiências.

Na análise de PEREIRA (2004), o Mobral funcionou como uma grande campanha de cunho nacionalista que buscava ampliar a base da legitimidade do Governo de exceção, que havia estabelecido no Brasil, através da ruptura da ordem institucional vigente, o golpe de 1964.

O Mobral se manteve no cenário nacional, propondo a alfabetização em função do desenvolvimento social pressupondo que, para integrar o analfabeto à

sociedade, eram necessárias apenas as habilidades de ler e escrever. Logo depois o Mobral passou a representar uma organização autônoma em relação ao Ministério da Educação, contando com um volume significativo de recursos. Nessas condições, concentrou esforços na ampla campanha de alfabetização em 1969. A produção de materiais didáticos era centralizada e a execução das atividades era de responsabilidade de Comissões Municipais instaladas. Propunha-se então uma alfabetização a partir de palavras chaves, longe, porém do sentido crítico e problematizador que as experiências do início dos anos 60 buscavam construir. Cresciam em todo o país simultaneamente as atividades do Mobral, ainda que de forma isolada, experiências alternativas em torno da alfabetização de adultos por iniciativa de educação popular.

> Em sua dimensão global, o Mobral foi considerado pelo governo militar como instrumento capaz de permitir a promoção social dos alunos, por meio de Programas como os de Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Mobral Cultural, Profissionalização, Desenvolvimento Comunitário, dentre outros que venham ser criados, tendo como objetivo maior o homem brasileiro, nas suas diferentes dimensões e aspirações. (MOBRAL, Documento Básico, 1975, p.7).

A expressão Educação de Adultos é substituída por Educação Popular tendo como foco as dimensões social e política, contidas nas propostas desenvolvidas por determinados segmentos sociais, como: MEB (Movimento de Educação Base) ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dos Centros de Educação Popular organizados pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e dos movimentos de Cultura Popular (composto por artistas e intelectuais) apoiados por administrações municipais. E todos trabalhavam sob a inspiração dos estudos de Paulo Freire. Na educação popular aumentam-se os níveis de exigências frente aos educadores, quanto as suas metodologias e conhecimentos.

De acordo com GADOTTI (2005, p.34), após a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na Dinamarca, em 1949, a Educação de Adultos tomou outro rumo, sendo concebida como uma espécie de Educação Moral. Dessa forma, a escola, não conseguindo superar todos os traumas causados pela guerra, buscou fazer um "paralelo" fora dela, tendo como finalidade principal contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e para a construção da paz duradoura.

A partir da II Conferência Internacional de Educação de Adultos em Montreal, no ano de 1963, a Educação de Adultos passou a ser vista sob dois enfoques

distintos: como uma continuação da educação formal, permanente e como uma educação de base ou comunitária.

Depois da III Conferência Internacional de Educação de Adultos em Tóquio, no ano de 1972, a Educação de Adultos volta a ser entendida como suplência da Educação Fundamental, reintroduzindo jovens e adultos, principalmente analfabetos, no sistema formal de educação. A IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Paris, em 1985, caracterizou-se pela pluralidade de conceitos, surgindo o conceito de Educação de Adultos.

Em 1990, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia, entendeu-se a alfabetização de Jovens e Adultos como a primeira etapa da Educação Básica, consagrando a idéia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização.

Segundo GADOTTI (2005, p.36), o MOBRAL foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização em 1985, a "Nova República" extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Educar. Assim sendo, a Educação de Adultos foi enterrada pela "Nova República".

Em 1989, em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada, no Brasil, a Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada inicialmente por Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão.

Com o fechamento da Fundação Educar, em 1990, o Governo Federal ausenta-se desse cenário educacional, havendo um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para esse tipo de modalidade de ensino.

> A primeira manifestação em relação à educação de adultos é de 28 de fevereiro de 1996 (Decreto n°57.895), quando o Presidente da República determinou que saldos não aplicados pelo MEC a fim de atender, outros objetivos, o ensino fundamental das pessoas analfabetas de mais de 10 anos. As parcelas não utilizadas do FNEP e demais recursos orçamentários que, de futuro fossem consignados para esse fim, seriam aplicados em programas intensivos de erradicação do analfabetismo que deveriam durar até que as taxas dos que não soubessem ler e escrever se reduzisse a menos de 15% da população de 10 anos e mais (PAIVA, 2003, p.48).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, consta no Título V, Capítulo II, Seção V, dois artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos:

> Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
>
> § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.
>
> § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

No Plano Nacional de Educação, temos como um dos objetivos e prioridades a garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida, intrínseco a esse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos.

Contudo, a falta de recursos financeiros, aliada à escassa produção de estudos e pesquisas na área, tem contribuído para que essa modalidade se torne uma mera reprodução do ensino para jovens e adultos. Isso explica o histórico distanciamento entre sociedade civil e Estado no que diz respeito aos problemas educacionais brasileiros.

Hoje, o Governo encontra-se desarmado teórica e praticamente para enfrentar o problema de oferecer educação de qualidade para todos os brasileiros. Apesar da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da nova LDB nº 9.394/96, o Governo Brasileiro não vem honrando seus compromissos em relação à tão importante e delicado problema.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO POPULAR

Para Gadotti e Romão (2005) o conceito de educação de adultos vai se movendo na direção da educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à competência científica dos educadores e das educadoras.

De acordo com Maia (2001), há um consenso de que a formação do professores precisa ser transformada e existem três questões que são fundamentais: como mudar a formação de professores, por que mudar a formação de professores, e em que direção mudar a formação de professores. A discussão para a elaboração do referencial para a formação de professores partiu da análise de três elementos, cuja compreensão era necessária para se repensar a formação: o contexto atual, a atuação do profissional do professor e os modelos de formação em vigor.

A primeira constatação é a de que se vive um momento de mudanças sociais muito grandes, referenciadas na globalização, nas mudanças tecnológicas e nas transformações que estas tem acarretado à vida social, à maneira das pessoas se relacionarem. A idéia de mudanças é a marca da realidade dos últimos anos. Sem dúvida alguma, isso traz para a escola e, portanto, para a atuação do professor, a necessidade de modificações significativas.

Segundo Gadotti e Romão (2005), o professor é um educador e mesmo não querendo sê-lo, torna-se um educador. Professor instrutor qualquer um pode ser, dado que é possível ensinar relativamente com o que se sabe; mas professor educador nem todos podem ser, uma vez que só se educa a partir do que se é.

Sendo assim, este caráter prático da autuação do professor requer, especialmente na EJA, habilidades fundamentais como, domínio teórico-metodológico, competência pedagógica, articulação política. Para tanto, é preciso investir em formação inicial e continuada que dote estes profissionais de saberes teóricos e vivências práticas, específicas a esta modalidade de ensino, a fim de superar desafios e ampliar possibilidades de aprendizagens ricas e efetivas para os educandos.

Porque ser professor não significa ser detentor do saber, estes também necessitam de aprendizado, treinamento, para cada momento diferente de atuação. Os programas de Educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essa necessidade e investirem para que isso aconteça. Não só o governo, mas direção, coordenação e equipe pedagógica de cada escola devem atentar para isto, porque não adianta ter um conhecimento teórico avançado se as práticas mantiverem-se defasadas, sem conseguir promover a evolução da educação.

4 O CASO DA ESCOLA 24 DE OUTUBRO

No decorrer da pesquisa, tivemos momentos de conversa direta e entrevista com o Diretor da Escola 24 de Outubro, que nos atendeu apressadamente, nos dando respostas sucintas a cada interrogação. Quando perguntamos se o Projeto da EJA, recebia alguma verba, a princípio o mesmo respondeu que: recebia do FUNDEB logo após lembrou-se que, não havia nenhum órgão que os ajudasse de maneira específica. A instituição adota dois segmentos da Educação de jovens e Adultos, são eles: EJAEM – Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio com 349 alunos e o EJAEF- Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental com 215 alunos.

Este sistema de ensino foi adotado na escola em 1995 e tem obtido êxito, pois no ano de 2009, houve a aprovação de um dos seus alunos no vestibular da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mesmo ocorrendo essa grande conquista, os problemas não deixam de existir e um dos maiores, apesar do percentual ser pequeno, ainda é a evasão, provocada algumas vezes por professores intolerantes que não sabem reconhecer e aceitar as limitações de alguns alunos, principalmente dos mais velhos. Contudo, esse tipo de atitude não é generalizado, porque quando conversamos com a professora do EJAEF, esta se mostrou completamente satisfeita e feliz por estar oportunizando o conhecimento para seus alunos de acordo com as necessidades destes, mesmo atuando nessa área somente há três anos e sem contar com a devida disponibilidade de recursos, para desempenhar melhor o seu trabalho.

A professora confessou que somente este ano é que foram disponibilizados livros didáticos direcionados ao EJAEF. A sua relação com os alunos é muito boa, e ela acredita que isso influencia muito no aprendizado de cada um. Suas estratégias de ação para o que cansaço não domine a turma são: músicas, diálogos e vídeo, quando possível. A escola não dispõe de aparelho para esse fim, mas caso surja a necessidade, a solicitação é feita junto à coordenadora que estiver na escola, para que a mesma traga da sua residência. Logo depois completou: “se for preciso até danço em sala de aula para chamar atenção a atenção dos alunos.”

Segundo as palavras da professora pesquisada, uma das maiores dificuldades enfrentadas por eles, está na participação em aula. Isso ocorre por causa da vergonha, e o medo de errar e serem zombados pelos colegas. O maior desafio vivenciado por ela é mantê-los em todas as aulas e atrair a sua atenção, motivá-los a participar, fazendo-os continuar até a conclusão do curso.

Conversamos reservadamente com a coordenadora do turno da tarde e ela nos disse que esta escola não trabalha de maneira específica ante a realidade dos estudantes. Os principais desafios enfrentados em sua coordenação, quanto a este projeto, referem-se à diversidade cultural e à distorção idade-série. Distorção por causa das grandes diferenças de idades, por que não há condições de formar turmas por faixa etária e sim formar turmas mistas, e esse é um problema muito grande que a preocupa. Geralmente os que evadem são aqueles que se matriculam apenas na intenção de fazer a carteirinha de passe escolar, correspondendo a uma média de cinco a dez por cento do total que evade.

Essa situação se torna até compreensível aos nossos olhos, mas não é desesperadora, por que com o afinco que a equipe diretiva desta escola possui isso tem sido contornado. Problemas educacionais sempre irão existir como: a falta de recursos financeiros, didáticos e a falta de professores ou a sua vinda de forma atrasada, prejudicando até certo ponto os alunos e atrapalhando um pouco a ordem estabelecida na instituição

Porém nenhum destes ou outros problemas servem de empecilho para que haja prosseguimento do trabalho anteriormente iniciado, pois a escola está caminhando e trabalhando de forma coesa, com a equipe unida em torno de um só propósito: instruir a comunidade.

Percebemos o desejo da professora em ensinar seus alunos da melhor forma possível, a preocupação da coordenadora por não dispor de tempo para visitar aqueles que se ausentam, e conhecemos um diretor querendo atender a todos e resolver tudo, promovendo reuniões e correndo em busca de recursos de todos os tipos para a escola. Tudo traduz a demonstração de amor que eles têm pela educação e principalmente pelos alunos da EJA porque tem consciência das dificuldades vividas, por aquelas classes, e do esforço necessário para superá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as propostas na área, segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72), a UNESCO nos mostra, através de dados, que o número de analfabetos no mundo tem aumentado e o Brasil engrossa cada vez mais essas estatísticas. Esse fracasso, de acordo com Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72), pode ser explicado por vários problemas, tais como: a ausência de uma concepção pedagógica bem definida e os problemas metodológicos, entre outros.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, como afirma Gadotti (1979), uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação e, para isso, o educador deve conhecer bem o meio em que vivem os educandos, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá uma educação de qualidade.

Considerando esta realidade, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando nos educandos interesse e entusiasmo, abrindo-lhes um maior campo para a construção de conhecimentos. O jovem e o adulto querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatar a sua auto-estima.

Ser aluno da EJA não significa incapacidade, pelo contrário. Mostra-nos o quanto é real a possibilidade de todos aprenderem e não permanecerem fora da escola, seja qual for a dificuldade enfrentada. Muitas vezes as dificuldades distanciam o aluno da escola, mas o professor não pode ser o culpado desse

acontecimento, ao contrário ele precisa ser o principal incentivador da sua turma, estimulando-os de todas as formas possíveis, a estudar e permanecer na escola, a fim de que possam inserir-se de forma atuante, crítica e consciente na sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Documento básico MOBRAL**. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL, MEC. Lei 10.172. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em:.http://www.planalto.gov/ccivl/LEIS/L9394.htm Acessado em: 18 mai 2009.

BRASIL, MEC. Lei 9.394 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 18 mai 2009.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José. **Educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de jovens e adultos**: um olhar sobre sua trajetória: Curitiba: Educarte, 2003.

PAIVA, V. **História da educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PEREIRA, Marina Lúcia de Carvalho. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.